

Ensaio da introdução às relações internacionais

Renée Batista do Nascimento

Terceiro período de Relações Internacionais

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais tem como objeto de estudo os atores, acontecimentos e fenômenos que ocorrem no sistema internacional. A disciplina dedica-se a analisar tudo aquilo que acontece no âmbito internacional procurando entender o papel do Estado ou dos Estados nesses acontecimentos e o que vai influenciar na sociedade. Sendo uma disciplina multidisciplinar, é composta por varias outras disciplinas como antropologia, direito, economia e história, do campo das ciências sociais.

O mercado de trabalho é amplo, mas no Brasil é pouco explorado e conhecido. Tem uma forte tradição na diplomacia do Itamaraty, que forma profissionais com bastante reconhecimento internacional. Os profissionais podem atuar na área de comércio exterior, fazer consultorias, e trabalhar no que é chamado terceiro setor, que é o trabalho com ONGs e OIGs.

Os Estados nasceram para as RI em 1648 quando o tratado de Westfália onde foram definidos os termos de soberania do Estado e autonomia política e o reconhecimento de um determinado território. Os Estados estiveram praticamente sozinhos como atores internacionais no cenário mundial até século XX. Pode-se dizer que algumas coisa podem ser afirmadas sem questionamento. Primeiro, todo Estado precisa ser reconhecido por outros para ser Estado soberano. Segundo, ao ser reconhecido o Estado é soberano em seu território e apenas. A Organização das Nações Unidas podem inferir, com objetivo de proteger o povo. Terceiro, o que define o poder de um Estado são os seus recursos naturais e matérias, o seu território, quantidade de habitantes e o poder bélico.

As Teorias Clássicas das Relações Internacionais, segundo o autor, a origem das RI, vem de dois eixos básicos o da cooperação e o do conflito, que se dividem em correntes teóricas, o Realismo, o Liberalismo. O Realismo pode ser definido em a corrente que analisa

as questões de forma ôntica, onde o ator principal é o Estado, que vivem sempre em conflito na busca por sobrevivência e manutenção de poder. O Liberalismo é a corrente que analisa as questões de forma deôntica, onde o ator principal é o indivíduo que integra a formação do Estado, buscam sempre a cooperação e ética entre os atores internacionais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CAMPO DE ESTUDO E ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Relações Internacionais (RI) é uma disciplina nova no campo das disciplinas sociais, em sua formação é facilmente perceptível que é multidisciplinar, pois nos seus pilares de formação encontram-se elementos da sociologia, antropologia, política, economia, direito, filosofia. De forma integrada todas essas disciplinas formam conceitos muito importantes para as RI, a forma com que se formulam as teorias destaca-se um alto nível filosófico, a compreensão do outro vem do conhecimento antropológico e sociológico e a política de cada Estado pode-se compreender pelos conhecimentos em ciência política, direito e economia.

Já o campo de trabalho do profissional de RI que é chamado de Internacionalista pode ser classificado em três setores, são eles: o primeiro setor é onde o profissional vai atuar na diplomacia, como representante diplomático, embaixador, cônsul, chanceler, entre outros cargos. O segundo setor, é o privado onde o profissional atua geralmente com o comércio exterior, em suas diversas formas de atuação profissional. O terceiro setor, é o das organizações não governamentais (ONG) é dedicado aos profissionais que desejam atuar com questões sociais, ambientais entre outros.

CONCEITOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sistema Internacional (SI) “é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos. É o palco, o cenário, o ambiente no qual se desenrolam as Relações Internacionais. Além disso, o sistema internacional pode ser caracterizado pela sua contraposição ao sistema doméstico, destacando-se como sua característica essencial a anarquia.” (Marcel Merle, 1981).

Anarquia que se entende como a ausência de um governo, de leis, ou de alguma força coercitiva.

Atores Internacionais são aqueles que ao interagir no cenário internacional podem transformar o ambiente. Que podem ser classificados em atores estatais e atores não estatais.

Estado – “o nascimento desta entidade política remete-se aos séculos XV e XVI, acompanhando o processo de decadência da Idade Média e suas formas organizacionais iniciado um pouco antes. A consolidação do chamado Estado Moderno, entretanto, somente se dará nos séculos XVII e XVIII, com a definição de seus principais pilares e características. Para as Relações Internacionais, o marco deste processo de ascensão e afirmação do Estado será o Tratado de Westfália, assinado em 1648 no encerramento da Guerra dos Trinta Anos, na qual estiveram envolvidos diversos Estados do continente europeu. Neste tratado, serão definidos como princípios básicos a soberania política dentro de um determinado território e o reconhecimento dos demais Estados para fazer valer esta soberania. Os Estados têm sua origem jurídica no direito internacional que lhes garante plena autonomia de ação e decisão” (Pecequillo, 2008). A partir do tratado de Westfália foram criados os conceitos de Estado, soberania, território, nacionalidade. Foram definidos parâmetros para a classificação de Estado, que consiste em território definido, população e reconhecimento por outros países. A soberania é uma das coisas mais importantes nas RI, pois após o reconhecimento todos os Estados têm a sua soberania de iguais entre si, onde nenhum Estado tem poder sobre o outro pode violar o seu território.

Poder – “Na política internacional, o poder é um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação na qual um ou mais obedecem a outra. Desta maneira, estabelece-se uma relação de subordinação, autoridade e mando entre os agentes, com alguns possuindo capacidade de ditar o comportamento dos demais, fazendo valer de seus interesses e princípios. O poder é exercido através de duas fontes possíveis, a da violência, sustentada na força física, e a da racionalidade, baseada no convencimento. A capacidade de um ator é definida pelos recursos de poder que deterá no sistema, devendo-se distinguir duas dimensões: a da posse e conversão de recursos de poder e a definição dos tipos de recursos de poder. No que se refere à posse e conversão dos recursos de poder, deve ser

feita a distinção entre poder potencial e poder real. O poder potencial representa qualquer recurso que exista em estado bruto, não podendo ser utilizado. (...) o poder real será aquele poder que será determinado pela capacidade de conversão, sendo passível de utilização para o exercício do domínio ou projeção.” (Pecequilo, 2008). O poder pode ser usado e não usado e sempre é um elemento muito importante nas RI. Ainda há dois tipos de poder que merecem ser destacados o *hard power* que é o poder coercitivo, uso da força e intimidação, e o outro é o *soft power* o poder de conquista, onde quem exerce não usa a força mais usa de elementos de conquista de corações e mentes, é o que faz o governo americano com os filmes de Hollywood, as musicas, a exportação do modelo de vida e o do sonho americano.

Superpotências – As superpotências são aqueles países que detêm, simultaneamente, o controle do *Soft and hard power* uma economia estável ou a maior economia mundial. Geralmente polarizam o mundo ao seu entorno e controlam os rumos do desenvolvimento. Atualmente, “os Estados Unidos da América são o país que exerce este papel de hegemonia no sistema internacional, tendo assumido a posição de única superpotência restante depois do encerramento da Guerra Fria em 1989. Até então, os americanos dividiam a liderança do cenário, e disputavam espaços e zonas de influência com um outro país de caráter similar, a antiga URSS. Antes disso, no século XIX até 1945, o papel de hegemonia global era exercido pela Grã-Bretanha que, por sua vez, foi antecedita por outras potências europeias. Especificamente, Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI, Holanda no XVII e França no XVIII” (Pecequilo, 2008).

Potências regionais – Referem-se a países com projeção de poder limitada à escala regional, mas que ainda combinam com uma certa eficiência os recursos *hard* e *soft*. No passado, já exerceram importantes posições de liderança no sistema (ou pelo menos tentaram assumi-la por meio de guerra contra a hegemonia vigente, o caso de Alemanha e Japão nas guerras mundiais). Isto os favorece com uma certa influência residual, mas os impede, pelo menos na atual conjuntura, de ameaçar a liderança mundial americana. França, Alemanha, Japão e Inglaterra são alguns dos países que podem ser mencionados nesta categoria. Esses países detêm um elevado nível de autonomia, muitas vezes concentrando seus recursos mais no campo econômico do que no militar.

Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) – “são agrupamentos políticos que têm nos Estados seus membros fundadores e componentes, existindo a um tempo relativamente curto em termos históricos, ganhando destaque e escala no século XX. Sua ideia e modelo, uma organização representativa dos interesses conjuntos dos Estados, já surgiram no século XIX na Europa por meio das alianças. Porém, foram os cenários das guerras mundiais do século XX, a Primeira Guerra de 1914/1918 e a Segunda de 1939/1945, que alertaram para a necessidade de relacionamento entre Estados que minimizassem a instabilidade global e as disputas diretas”. (Pecequillo, 2008).

Organizações Não Governamentais (ONG) – são instituições de origem privada isto é, não governamentais, caracterizadas pelo seu caráter espontâneo, solidário e formado por indivíduos de diversas nacionalidades. Sua atuação estende-se além do poder de alcance da influência governamental e do direito internacional. As ONGs são as instituições que em muitas vezes se instalam para preencher as lacunas deixadas pelo governo.

Companhias Multinacionais ou Transnacionais (CMNs ou CTNs) – são as companhias multinacionais que têm origem em um determinado Estado do sistema internacional, mas cuja atuação ultrapassa as fronteiras destes Estados, estabelecendo-se por todo cenário. Ou seja, são companhias que atuam internacionalmente, mas que possuem uma sede, uma origem, em um determinado país do sistema e afiliadas em outros Estados nacionais.

FATORES IMPORTANTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cinco fatores podem ser destacados como importantes no quadro das Relações Internacionais: natural, demográfico, econômico, tecnológico e ideológico.

O fator natural – o meio geográfico é uma condição necessária e permanente da vida material da sociedade, sendo que constitui o cenário onde se desenrola a política mundial. Ele é normalmente aceito como um fator que exerce tanto influência sobre a formação da índole nacional quanto sobre as Relações Internacionais. Utilizando a classificação relativa aos recursos de poder. Os recursos naturais referem-se à posse e à capacidade de utilização de matérias-primas e bens de uma determinada sociedade. Podemos mencionar o ouro,

urânio, prata, petróleo, gás natural entre outros. E por causa desses recursos alguns conflitos acontecem, outros países querem impedir a exploração ou se apropriar deles.

O fator demográfico – a densidade demográfica constitui outro elemento indispensável das condições materiais da existência da sociedade. O fator demográfico refere-se aos estudos sobre os impactos dos elementos populacionais nas RI, tanto no que diz respeito à quantidade de população de um determinado Estado, suas condições sociopolíticas e econômicas, como ao seu movimento dentro e fora das fronteiras internas.

O fator tecnológico – o desenvolvimento tecnológico sempre foi um trunfo na história, toda vez que uma nação ou um reino detinha uma nova tecnologia revolucionária, ela foi hegemônica, comandou o mundo por um determinado período de tempo, hoje em dia a concorrência é maior, mas ainda vemos que as grandes nações continuam na ponta da corrida do desenvolvimento tecnológico.

O fator econômico – o fator econômico relaciona-se diretamente às forças da tecnologia, uma vez que serão os elementos técnicos que definirão o modelo e a capacidade produtiva de uma determinada nação. Os Estados que possuíram a capacidade de se inovar tecnicamente com maior velocidade e eficiência foram aqueles que tiveram condições efetivas de buscar uma posição mais avançada no sistema internacional. Pode-se afirmar que a revolução científica é um divisor de águas no estudo das RI. O domínio do conhecimento permite avanços sobre outros países, por meio do estabelecimento destes diferenciais na produção, ajudando na geração de riqueza. Tal riqueza consiste tanto em um fim em si mesma quanto em um meio de ação destes Estados para projetar influência, consistindo em um recurso de *soft power*.

O fator ideológico – ao analisar o *soft power*, uma das dimensões mais relevantes de dominação no sistema internacional é a da ideologia não representa esta forma de dominação, mas apenas um conjunto de construções, culturais e sociais de um grupo humano que define seu comportamento como atores sociais. Podemos definir que a ideologia é a forma como os homens e as sociedades percebem a si mesmos e ao mundo, usando este conjunto de percepções e princípios para justificar e comandar suas ações.

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Teorias das Relações Internacionais são instrumentos teórico-conceituais por meio dos quais podemos compreender e explicar os fenômenos relativos à ação humana que transcende o espaço interno dos Estados, ou seja, que tem lugar no meio internacional. Teorias costumam ter a intenção de tornar o mundo mais compreensível para seus interlocutores, e em alguns casos de explicar e desenvolver possíveis previsões para o futuro. Nas relações internacionais, de teorias positivistas, isto é, que acreditam em verdades universais e científicas, e de teorias pós-positivistas, ou seja, aquelas que duvidam da legitimidade do conhecimento científico e contestam as bases epistemológicas, metodológicas e teóricas dos discursos dominantes. Podemos ainda falar em metateorias, como algumas faces do construtivismo. O realismo e o neorrealismo são as correntes dominantes de pensamento nas relações internacionais ainda hoje embora possamos falar em descentralização e fragmentação no campo.

REALISMO E NEORREALISMO

Não se pode falar em origem das relações internacionais nem em teorias, sem dividir as escolas de pensamento. Tradicionalmente, porém, se considera que o primeiro esforço sistematizado em pensar as relações internacionais ocorreu em 1917 com a fundação na Escócia do primeiro departamento de Relações Internacionais da história. Pensando numa forma de evitar os males da guerra (tendo em vista os desastres da Primeira Guerra Mundial) os cientistas dessa escola debateram formas de normatizar as relações internacionais. Na véspera do início da Segunda Guerra Mundial, contudo, um estudioso chamado Edward Carr criticou pela primeira vez os postulados desses primeiros cientistas em seu livro *Vinte Anos de Crise*, denominando-os como idealistas, por pensarem o mundo na forma como ele deveria ser ao invés de pensarem o mundo como ele efetivamente era. O Realismo se define, sobretudo, baseado na oposição de Carr aos idealistas, ou seja, como uma teoria que vê o mundo da forma como ele realmente é, desvinculado de princípios morais. Não obstante, a expressão mais consolidada do realismo toma forma apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a publicação do livro *Política Entre as Nações* de Hans Morgenthau. Com as mudanças no campo das ciências humanas e a transformação do meio internacional (guerra fria, expansão das organizações internacionais e aceleração do

processo de globalização, etc.), muitos autores, realistas ou não, começaram a criticar e rever a obra de Morgenthau, oferecendo visões muito diversas de realismo, como o realismo estruturalista de Kenneth Waltz, cuja obra *Teoria Da Política Internacional*, de 1979, teve um impacto profundo nas ciências políticas.

Conceitos Realistas - Os realistas partilham algumas características que permitem que muitos autores os reúnam em um só grupo teórico. Nas teorias realistas das relações internacionais, que reivindicam um caráter objetivo, empírico e pragmático, o Estado é colocado no centro das discussões, pois se considera que o Estado é o ator principal das relações internacionais. Esse Estado sempre atua servindo ao interesse nacional, que em sua forma mais básica é o desejo de sobreviver, mas que também se traduz no acúmulo e na manutenção do poder. O poder é tido como um instrumento por meio do qual os Estados garantem sua sobrevivência no meio internacional, este último considerado, de acordo com os realistas, como anárquico, isto é, na ausência completa de ordem. Os realistas não se preocupam com a origem histórica dos Estados, mas os tomam como dados (naturais), além de homogêneos, e geralmente pensam a natureza humana de forma pessimista, reivindicando como base de suas ideias as obras de Maquiavel, Hobbes e até mesmo Tucídides. Nas ciências sociais, e também para os realistas, o Estado deve ser definido a partir de sua capacidade de monopolizar a força coercitiva, ou seja, o poder interno sem o qual não há ordem. No plano internacional, contudo, não há Estado e, portanto, não há monopólio do poder coercitivo, resultando disso os conflitos e guerras em que mergulha a humanidade frequentemente. Dessa forma, o âmbito internacional é perigoso, e os Estados devem pensar em estratégias de segurança para impedir que sua soberania (autoridade legítima de cada Estado sobre seu território e sua população) seja ameaçada, e para assegurar sua sobrevivência. Encontramos essa descrição dos fenômenos políticos em Hobbes, que caracteriza a sociedade sem Estados como uma disputa constante de todos contra todos. Muitas vezes os Estados são obrigados a cooperar e fazer alianças para sobreviverem, sobretudo em função de uma balança de poder, isto é, buscando manter um equilíbrio na distribuição de poder no plano internacional. Logo, se um estado se torna muito poderoso, os outros podem formar um bloco para neutralizar seu poder e reduzir seu perigo para a segurança de cada nação. No pensamento realista a ética ocupa espaço

reduzido, uma vez que, buscando a sobrevivência, os Estados podem quebrar qualquer acordo e desobedecer qualquer regra moral. A *Realpolitik*, do alemão Política Real, prática da política externa definida como maquiavélica, é normalmente associada a esse pensamento de cunho realista. Autoajuda é, para os realistas, a noção de que os Estados só podem contar com a sua própria capacidade no que diz respeito às relações internacionais. Em suma, os realistas enxergam o sistema internacional como um espaço de disputa pelo poder, motivada por um tema saliente em suas exposições: a segurança.

Hans Morgenthau - Hans Morgenthau, o pai do Realismo Clássico, circunscreveu alguns princípios que, em sua concepção, orientavam a política externa. Para ele, a natureza humana era a referência básica de qualquer análise política. Os Estados tinham como objetivo comum a busca pelo poder e a moralidade seria limitada e definida em termos particulares (ver: seis princípios do realismo político). O objetivo supremo de todo o Estado seria a sobrevivência e o poder seria instrumentalizado para servir aos interesses nacionais. O prestígio poderia ser, também, um objetivo dos Estados no sistema internacional.

John Herz - Contemporâneo de Morgenthau, John Herz trouxe importantes contribuições para o Pensamento Realista Clássico. Embora partilhasse com Morgenthau grande parte do núcleo da teoria realista, Herz admitia que a ética tivesse um papel importante dentro das relações internacionais. Além disso, Herz introduziu no pensamento realista a ideia de dilema de segurança: quando um Estado se sente ameaçado, ele investe em armas, o que faz, em determinado prazo, com os Estados ao seu redor se sintam igualmente ameaçados, de forma que eles também investem em armamentos. Dessa forma, todos os Estados acabam numa situação pior do que antes em termos de segurança, mesmo que o objetivo original de determinado Estado tenha sido o de aumentar sua segurança.

Liberalismo ou neoliberalismo - Nas Relações Internacionais o Liberalismo, ou Pluralismo, é uma corrente teórica alicerçada principalmente na obra de Immanuel Kant. Normalmente considerados como idealistas pelos expoentes das escolas realistas, os liberais tem uma visão predominantemente positiva da natureza humana, e veem o Estado como um mal necessário. Para os liberais, as relações internacionais podem envolver cooperação e paz, possibilitando o crescimento do comércio livre e a expansão dos direitos universais dos

homens. Os liberais enfatizam as Relações Internacionais como um palco em que atua uma multiplicidade de personagens, como os Estados, as organizações internacionais, as empresas transnacionais e os indivíduos, motivo pelo qual são chamados também de pluralistas. Eles acreditam que as relações internacionais podem assumir um aspecto mais otimista e sem guerras, motivado basicamente pelo livre comércio.

Conceitos Liberais - Embora os liberais tendam a concordar com os realistas no que diz respeito à caracterização do sistema internacional como anárquico, suas teorias normalmente enfatizam os aspectos desse sistema que privilegiam a paz e a cooperação. Para os teóricos do liberalismo, herdeiros do iluminismo de Kant, Montesquieu e do liberalismo de Adam Smith, a guerra seria desfavorável ao desenvolvimento do livre-comércio, de forma que o crescimento do comércio em escala internacional favoreceria a instauração de uma era de paz e cooperação nas Relações Internacionais. Um conceito particularmente importante desenvolvido pelos liberais é o de interdependência. Num mundo cada vez mais integrado economicamente, conflitos em determinadas regiões ou tomadas de decisões egoístas poderiam afetar mesmo Estados distantes, a despeito de seus interesses. A crise do petróleo é um exemplo de impacto da interdependência. Nesse caso, os Estados tenderiam a cooperar visando evitar situações desastrosas para a economia. A ideia de paz democrática também é muito importante para as Relações Internacionais hoje. Ela se funda na ideia Kantiana de que Estados com regimes em que prevalece a opinião pública não entrariam em guerra entre si. A opinião pública alteraria os interesses dos Estados, colocando em pauta questões que interessam aos indivíduos, como liberdades, bem-estar social e outras questões de natureza moral.

Direito Internacional e Instituições - Entre os instrumentos preconizados pelos pensadores liberais como forma de regular os conflitos internacionais estão o direito internacional e as instâncias supranacionais. Hugo Grotius, em seu *Sobre o direito da guerra e da paz*, foi o primeiro a formular um direito internacional, pensando em princípios morais universais (derivados do Direito Natural) alcançados por intermédio da razão que cada homem detém. Grotius desenvolveu a ideia de Guerra Justa, isto é, que existem circunstâncias em que a guerra pode ter legitimidade no direito. O iluminista Immanuel Kant, por sua vez, pensava que a formação de uma Federação de Estados refletindo princípios de direito positivo seria a

melhor forma de conter as guerras que assolavam a humanidade. Esses dois elementos, o direito e a instituição internacional, são tidos como formas eficientes e legítimas de assegurar a resolução de conflitos sem o uso da força. Certamente inspiradas pelo pensamento kantiano, uma série de entidades supranacionais foram criadas durante o século XIX, como as entidades de cooperação técnica e outras de conteúdo mais explicitamente político, como o Concerto Europeu.

Funcionalismo - O Funcionalismo foi uma corrente de pensamento liberal que tentavam colocar o pensamento liberal em patamar de igualdade com o conhecimento que era produzido pelos realistas. Em outras palavras, o funcionalismo foi uma tentativa de atribuir tom científico às premissas liberais, estabelecendo por meio de observações empíricas e análises científicas um conhecimento que privilegiasse os elementos de cooperação do sistema internacional. Os principais expoentes dessa corrente foram Karl Deutsch e David Mitrany. Os funcionalistas desenvolveram a ideia de *spill-over effect*, segundo a qual a gradual obtenção de vantagens por meio da cooperação internacional faria com que os Estados, tomando consciência da escolha mais racional, preferissem a paz à guerra. Um elemento importante colocado pelos funcionalistas era o de que as instituições internacionais de desenvolvimento técnico, em franca expansão, possibilitariam a conformação do mundo num molde pacífico. O neofuncionalismo foi a tentativa de Ernest Hass de corrigir o que os realistas chamaram de dimensão ingênua do Funcionalismo e mais uma vez inserir o Liberalismo no debate científico. Hass reconfigura a ideia de *spill-over*, dizendo que a tal tomada de consciência aconteceria primeiramente por parte de determinados agentes dentro dos Estados, para só depois se tornar convicção racional e moral do Estado, num processo de aprendizagem.

Interdependência - *Poder e Interdependência* (1977), a obra liberalista de Robert Keohane e Joseph Nye, é um marco para a discussão de interdependência nas relações internacionais. Analisando as mudanças proporcionadas pela acelerada globalização no mundo contemporâneo, que envolvia o surgimento de transnacionais, o crescimento do comércio e a integração internacional intensiva, os autores defendiam que a tomada de decisões por atores estatais e não estatais tendiam a ser recíprocos, isto é, a trazer consequências para muitos outros agentes do sistema internacional. Dessa forma, os efeitos econômicos de uma

decisão tomada do outro lado do mundo poderiam ser muito prejudiciais para os países envolvidos. Para Keohane e Nye, a interdependência é um fenômeno custoso para os atores do sistema internacional, traduzida em termos de sensibilidade (repercussão de uma decisão em um país sobre outro) e vulnerabilidade (alternativas de contornar a sensibilidade). As consequências desse processo de integração, segundo os teóricos, era a redução do uso da força nas relações entre nações. Nessa perspectiva, a melhor maneira de solucionar conflitos gerados pela interdependência seria a instituição de instâncias supranacionais, por exemplo. Essa abordagem é importante porque subverte a relação estabelecida pelos realistas de baixa e alta política: as questões comerciais pareciam ter grande importância para a política de poderes.

Falência do Estado - Como foi dito, os liberais veem o Estado de forma pessimista, em grande parte porque ele restringe em alguma medida as liberdades individuais. Na perspectiva liberal, o Estado tende a ter seu poder reduzido conforme a globalização avança, uma vez que a soberania deixa de ser óbvia e uma série de novos atores não estatais adquirem papéis importantíssimos para a configuração das relações internacionais.

Neoliberalismo - Keohane reelaborou seu pensamento institucionalista com novas bases após severas críticas direcionadas às teorias da interdependência por parte dos realistas. O neoliberalismo, como ficou conhecido, mais uma vez tentava defender de forma científica que a formação de entidades supranacionais era o melhor caminho para a solução de conflitos internacionais. Assim, o autor reiterou os postulados realistas, segundo os quais o sistema internacional é anárquico e os Estados são seus principais atores. No entanto, Keohane se esforçou por demonstrar que a falta de transparência e o egoísmo completo podem ter consequências pouco benéficas e, por conseguinte, menos lógicas, para as nações envolvidas. As instituições internacionais teriam, portanto, a função de permitir uma melhor transparência nas relações internacionais e, assim, garantiriam resultados relativamente mais proveitosos do que aqueles que seriam obtidos sem a sua existência. É importante ressaltar que a perspectiva de Keohane reconsidera o papel das instituições internacionais, inserindo-as dentro de uma perspectiva de políticas de interesses, descartando a dimensão ética dessas instituições reivindicada por outros liberais.

CONCLUSÃO

Todos os dias sem que percebamos estamos em contato com as Relações Internacionais, ao ler o jornal, conecta-se a internet, temos sempre notícias sobre o mundo, conflitos que estão acontecendo na África, no Oriente Médio, a alta do dólar, a instabilidade da economia Americana, a crise financeira europeia e outros acontecimentos; que influenciam diretamente ou indiretamente a nossa vida ou nosso dia a dia. Quando compramos um aparelho celular não nos damos conta do percurso feito até ele chegar à nossa mão, algumas empresas de grande porte classificadas como multinacionais ou transnacionais operam em um processo de produção muito complexo, como por exemplo, desenvolvem a tecnologia no país A, depois fabricam o produto no país B, montam o produto no país C, e vendem no país D. Como visto no exemplo o produto é resultado de um conjunto de atividades desenvolvidas em vários lugares, e que depende de muitos acordos e tratados que variam de país.

É notável que as Relações Internacionais faz parte de muitas áreas de estudo e atuação devido a sua multidisciplinaridade, é uma ciência nova, mas as suas teorias estão bem desenvolvidas, que andou acompanhando a história do homem nos últimos dois séculos.

Referências Bibliográficas

Pecequillo, Cristina Soreanu. **Introduções às Relações Internacionais**. Ed 6^a. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

Nogueira, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro :Elsevier, 2005.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_das_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais#Neoliberalismo.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_das_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais#cite_note-1.